

HABEAS CORPUS Nº 548.486 - SP (2019/0356503-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
THOMAZ FITERMAN TEDESCO - SP379321
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CASSIO ALEXANDRE SERAFIM DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIO ALEXANDRE SERAFIM DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2158725-92.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos artigos 129, § 9º, e 147, combinados com o artigo 61, inciso II, alínea "e", todos do Código Penal.

Nesta via, sustenta a impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que os delitos de lesão corporal leve circunstanciada por violência doméstica e ameaça são sancionados com pena de detenção, razão pela qual a prisão preventiva do acusado seria mais severa que os efeitos de sua eventual condenação.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 34/35):

"Necessária, pois, para a garantia da ordem pública e da segurança pessoal da vítima, a manutenção da prisão preventiva, amparada nos artigos 311, 312 e 313, inciso III, todos do Código de Processo Penal, por se constituir o delito em forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Saliente-se que, ao contrário do sustentado pela Defesa, a

r. decisão impugnada não se reveste de nenhuma ilegalidade,apresentando fundamentos de fato e de direito suficientes para justificar a necessidade e a adequação da prisão preventiva, -- notadamente diante da atitude do paciente, que teria lesionado a sua ex-namorada por uma suspeita de traição e diante da negativa dela em reatar o relacionamento, revelando possuir personalidade violenta e ausência de freios inibitórios, -- cuja subsistência não colide com o princípio constitucional da presunção de inocência (o Colendo Superior Tribunal de Justiça pacificou a questão com o enunciado sumular nº 9 e o Supremo Tribunal Federal já decidiu em idêntico sentido, ao julgar o Habeas Corpus nº 73.657-2/SP, Rel. Min.Moreira Alves, DJU de 16 de maio de 1997, pág. 19.950).

De outra feita, não se mostra adequada, na hipótese, a aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.403/11, em substituição à prisão preventiva, porquanto insuficientes para a manutenção da ordem pública e da integridade física da vítima, considerando as circunstâncias do delito, extremamente graves, nos termos dos artigos 282, inciso II, e § 6º, 312e 313, inciso I, do mencionado Codex.

O fundamento invocado de que o paciente,ainda que condenado, seria beneficiado com a substituição da pena reclusiva por restritiva de direitos ou fixação de regime mais brando que o fechado, não merece acolhida.

De fato. Os mencionados benefícios não se atêm exclusivamente à quantidade da reprimenda; a lei também exige a satisfação de requisitos subjetivos, que podem recomendar até mesmo a fixação do regime mais gravoso.

Acresça-se que essas ponderações hão de ser levadas em consideração pelo Juiz na sentença e não podem ser antecipadas pelo Tribunal.

Inexistente,pois,no caso,o alegado constrangimento ilegal, impõe-se a denegação da ordem.

*Por essas razões, **denega-se a ordem.**"*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, esta Corte Superior de Justiça já decidiu que "*a despeito de os*

Superior Tribunal de Justiça

crimes pelos quais responde o Paciente serem punidos com detenção, não se perca de vista que o próprio ordenamento jurídico - art. 313, inciso IV, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei n.º 11.340/2006 - prevê a possibilidade de decretação de prisão preventiva mesmo diante de crimes apenados com detenção, em circunstâncias especiais, tais como a hipótese ora em apreço, com vistas a garantir a execução de medidas protetivas de urgência. Precedentes" (HC 490.988/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 11/09/2019), circunstância que afasta a plausibilidade da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator